

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Tiago Flores Vargas

AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA DO INSTITUTO  
DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (1941-1945)

Porto Alegre  
2015

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa analisou algumas passagens da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no período compreendido entre 1941, ano de lançamento da revista, até o último ano do Estado Novo, em 1945. Levo em conta, para isso, o papel desempenhado pelos militares no advento, consolidação e desfecho do Estado Novo, bem como uma possível inserção das Forças Armadas no contexto maior de um nacionalismo patrocinado e incentivado pelo Estado. Dessa forma, opto por inserir a fundação do IGHMB em um momento distinto ao período que inicia-se com a publicações da revista. Na fundação do IGHMB, em 1936, os acontecimentos apontavam para a constituição de um Estado autoritário, aos moldes dos totalitarismos que então ascendiam na Europa. Esse processo desencadeou no meio militar um período de forte repressão e perseguição às dissidências políticas. A publicação da revista, em 1941, aponta para um realinhamento da política externa brasileira e de sua aproximação com os EUA. A declaração de guerra à Alemanha, em 1942, alinha o destino do Brasil ao dos países democráticos. Dessa forma, o nacionalismo patrocinado e incentivado pelo Estado funcionou como uma forma de integrar as massas frente a um período onde uma nova abertura democrática despontava como inevitável no horizonte político brasileiro. Essa pesquisa tenta identificar, através da revista do IGHMB, uma possível repercussão desse nacionalismo no meio militar.

**Palavras chave:** Forças Armadas, Nacionalismo, Estado Novo, Revista do IGHMB

Tiago Flores Vargas

AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO NA *REVISTA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL* (1941 – 1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1: OS MILITARES E O ESTADO NOVO.....</b>	<b>12</b>
1.1 A marcha para o golpe (1934-1937).....	12
1.2 Da consolidação à redemocratização (1938-1945).....	16
<b>CAPÍTULO 2: “A PÁTRIA É HOJE UMA IMENSA CASERNA”: FORÇAS ARMADAS E NACIONALISMO NO ESTADO NOVO .....</b>	<b>23</b>
2.1 Estado Novo e nacionalismo.....	23
2.2 Nacionalismo e Forças Armadas.....	27
<b>CAPÍTULO 3: AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO NA REVISTA DO IGHMB.....</b>	<b>33</b>
3.1 Da marcha para o golpe à transição democrática.....	33
3.2 As Forças Armadas e a unidade nacional.....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objeto de pesquisa a produção da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil a partir de 1941, quando foi publicado o seu primeiro volume, até o fim do Estado Novo, em 1945. Tentei identificar, a partir de alguns artigos selecionados, a forma como eram tratadas algumas temáticas referentes à nação através das publicações da revista, levando em conta a participação dos militares em um projeto de construção de um Estado Nacional Moderno para o Brasil que teve início com o advento do Estado Novo. Nesse sentido, procurei levar em conta tanto o papel político exercido pelos militares no advento, na consolidação e no desfecho do novo regime, bem como o nacionalismo da época patrocinado e incentivado pelo Estado.

A revista do IGHMB, já prevista nos estatutos do instituto, datados de 1936, teve o seu primeiro volume publicado em 1941 e continuou com suas publicações após o término do Estado Novo. Em cada volume era publicada a relação das cadeiras, dos seus patronos e dos respectivos sócios ocupantes. Entre os 50 patronos, encontravam-se Visconde de Taunay, cuja cadeira era ocupada pelo então Major Humberto de Castelo Branco, Euclides da Cunha, cuja cadeira era ocupada pelo Tenente Humberto Peregrino e Barão do Rio Branco, cuja cadeira era ocupada pelo Coronel Francisco de Paula Cidade. Tanto os patronos, como os ocupantes das cadeiras, eram escolhidos pelas suas colaborações nos estudos de história e geografia militar do Brasil. Entre as publicações escolhidas para essa análise, é possível encontrar temas como a integração do índio à civilização, o debate em torno do “espírito militar na questão acreana”, a importância de uma operação militar de defesa do porto de Santos na Revolta da Armada, nos anos iniciais da Primeira República, e a importância da atividade pesqueira no Brasil. A tônica, porém, era o elogio aos patronos do Instituto e a outras personalidades do passado.

Levando-se em conta o cenário político do país, a minha análise insere o lançamento da Revista do IGHMB em um momento oposto ao de fundação do Instituto. O golpe do Estado Novo, em 1937, encerrou um breve período de experiência constitucional, às vésperas das eleições presidenciais marcadas para o ano de 1938. Dessa forma, o ano de fundação do

IGHMB, em 1936, se deu em um momento onde o país rumava para a constituição de um Estado autoritário, com a conivência de setores das Forças Armadas que se uniram entorno do golpe e posteriormente serviram de base de sustentação do novo regime. Já o lançamento da revista, em 1941, se deu em um momento oposto. Em inícios dos anos quarenta, iniciava-se o processo de transição na política interna brasileira que ia de um regime autoritário, inspirado nos modelos totalitários que então ascendiam na Europa, para um regime liberal democrático, aos moldes dos países que saíram vitoriosos na Segunda Guerra. Ao mesmo tempo, podemos observar que os oficiais do alto escalão das Forças Armadas que articularam o golpe do Estado Novo, em 1937, mantendo Vargas no poder, foram os mesmos responsáveis por sua deposição em 1945, agora com a intenção de garantir a transição para a democracia.

A “marcha” para o golpe se seguiu ao curto período constitucional iniciado em 1934, mais incisivamente após os levantes militares em Natal, seguidos dos levantes em Recife e no Rio de Janeiro, no ano de 1935. Após serem rapidamente sufocados, os eventos ficariam conhecidos como Intentona Comunista. A partir de então o governo fez um forte uso da propaganda para aterrorizar a opinião pública diante do perigo representado pelo comunismo (SODRÉ, 2010 p. 336). Sucedia-se, assim, um período de forte repressão, acompanhado de uma propaganda que visava atemorizar a opinião pública e justificar as soluções autoritárias. Criava-se o inimigo interno para justificar constitucionalmente o estado de guerra, o que acarretou na perda das garantias constitucionais, no enfraquecimento dos poderes Legislativo e Judiciário e no crescimento do papel dos militares através do desempenho das forças repressoras.

O meio militar também se viu atingido por esse quadro de repressão, afinal a Intentona, aos moldes dos antigos levantes promovidos pela ala *tenentista* na década de 20, havia sido um movimento iniciado nos quartéis. O objetivo da repressão era sufocar as divergências políticas no interior das Forças Armadas, com especial atenção ao Exército, resultando em uma conseqüente coesão em torno do golpe e da saída autoritária. Isso significava, conforme nos indica Nelson Werneck Sodré,

(...)destruir os elementos militares que guardassem qualquer simpatia ou tendência para as forças populares, arregimentando solidamente as Forças Armadas no sentido de se constituírem em barreira maciça, intransponível e ativa contra qualquer forma de manifestação popular, de cunho nacional ou de cunho democrático (SODRÉ, 2010, p. 335).

É no ano de 1936, nesse clima de repressão no meio militar, com a marcha progressiva para a instalação do Estado autoritário, que é criado, em reunião no salão nobre do Clube Militar, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Conforme constava no seu estatuto, a finalidade do IGHMB consistia em promover “o desenvolvimento dos estudos de geografia e história militares do Brasil e o culto patriótico das nossas glórias militares no passado.” Na ata de fundação, Severino Sombra cita, entre outros motivos, a importância do cultivo da história nacional, através dos seus “fatos gloriosos” e de suas “figuras heróicas” como uma reação exigida pelo momento de “grave situação social que atravessamos”<sup>1</sup>. Nessa mesma linha, nos anos 1936-1937, o Ministério da Educação e Saúde patrocinou uma série de conferências sobre “*vultos nacionais*”, algumas publicadas em 1942, onde, entre as razões da iniciativa, o ministro menciona o combate à “subversão” (CASTRO, 2002, p.25) Essas publicações acima citadas, datadas do ano de 1942, diante das iniciativas tomadas pela propaganda nacionalista patrocinada pelo Estado, estariam em consonância com as publicações da Revista do IGHMB que, a partir de 1943, passam a ser semestrais.

O alinhamento do Brasil com os EUA após o ataque japonês às bases americanas de Pearl Harbour, ao final do ano de 1941, sinalizava uma inevitável transição para um regime liberal-democrático a ser administrada pela elite governante que antes agira no sentido contrário, ao dar um golpe branco em 1937 que manteve Getúlio Vargas no poder. Agora, o desafio maior para a reação que se uniu em torno do novo regime, parecia o de incorporar e ao mesmo tempo conter a crescente massa urbana, fruto dos avanços industriais do período e do crescimento das cidades. Já a partir de 1943, com o avanço dos aliados no conflito mundial, articulavam-se os adversários do Estado Novo, as antigas oligarquias alijadas da cena política, os elementos ligados ao liberalismo e à esquerda, onde figuravam os comunistas, estudantes e intelectuais. Passaram a manifestar-se, também, os oficiais das Forças Armadas distantes da cúpula que servia de sustentação do novo regime e que não concordavam com o Estado autoritário. Frente a esse cenário de transição, o clima nos anos finais do Estado novo em muito se assemelhava ao período de experiência constitucional interrompida com o golpe.

---

<sup>1</sup>Ata de Fundação do IGHMB. Revista do IGHMB, volume 1, 1941, p.78.

Diante disso, o governo contou com o controle dos meios de comunicação, propaganda e cultura através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em dezembro de 1939. Fundindo-se com a Nação, o Estado patrocinava e incentivava a propaganda nacionalista, que funcionava como um elemento integrador das massas. A mobilização para guerra foi também utilizada nesse sentido, angariando esforços para a constituição do *front* interno frente a ameaça, agora, do inimigo externo. Assim, considerando a coincidência da criação, consolidação e lançamento da revista do IGHMB, respectivamente com os momentos de gestação, consolidação e desfecho do Estado Novo, podemos verificar nas publicações o mesmo apelo a elementos integradores, em consonância com o contexto maior do nacionalismo estado-novista, mais intensificado no início dos anos 40. Essa relação se deu principalmente através dos valores atribuídos às personagens militares do passado. Aqui, procurei analisar a forma como esses mesmos elementos integradores apareciam em outras passagens da revista.

Dessa forma, em um sentido mais amplo, para se levar em conta o papel desempenhado pelos militares no Estado Novo, dispomos das análises de Nelson Werneck Sodré e de José Murilo Carvalho. Nelson Werneck Sodré (2010, p. 341) verifica no novo regime a forma possível de ascensão burguesa no Brasil. A Revolução de 30 teria sido apenas uma etapa desse processo onde, em um primeiro momento, e com o apoio do segmento tenentista, a burguesia pode se apoderar do Estado para realizar as transformações que lhe interessavam, alijando os tenentes no desenrolar do processo quando estes passaram a se inclinar para o aprofundamento das reformas. Houve uma união de interesses entre a burguesia, o latifúndio e o imperialismo para deter as forças populares emergentes, com o proletariado à frente, ao mesmo tempo em que as Forças Armadas foram instrumentalizadas e reduzidas à suas “funções policiais”, afastando as oposições militares envolvidas na política. Tratou-se de uma “ditadura pretoriana”, cuja base de sustentação provém do poder das forças militares<sup>2</sup>.

Para José Murilo de Carvalho (2005, p. 110), o Estado Novo foi “um capítulo da modernização conservadora”, um projeto de desenvolvimento nacional liderado pelo Estado e apoiado pelas Forças Armadas, com ênfase no controle político, na integração nacional e na industrialização, o que remetia, em seu sentido mais amplo, à emergência do capitalismo

---

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto, convém ressaltar que a constituição de 1937 submetia diretamente as Forças Armadas ao comando do chefe do Executivo.



industrial através de um regime autoritário, sem abertura política. Os militares despontam como atores políticos nesse cenário, garantido a base social das elites políticas, ao mesmo tempo em que garantem a promoção da emergente burguesia industrial pelo lado econômico. Para o autor, apesar de ter como um dos objetivos centrais a questão da segurança nacional, o que implicava na busca do fortalecimento das Forças Armadas, tratava-se de um projeto visivelmente burguês no seu conteúdo.

Ângela de Castro Gomes (1996) aproxima-se um pouco mais da problemática aqui proposta ao tratar da política cultural do Estado Novo, tendo como objeto algumas publicações da imprensa oficial do governo ou por ele incentivadas. Assim, a autora percebe uma maior participação de militares nas publicações da Revista de Cultura Política, periódico mensal subvencionado pelo governo e que, a partir de 1942, passou a tratar das questões relacionadas com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, lançando uma edição comemorativa do primeiro ano de entrada do Brasil no conflito em 1943. Para a autora, tratava-se da tentativa de divulgação de uma cultura militar, através do resgate de um passado guerreiro para a Nação e em consonância com a tarefa integradora desempenhada pelo Estado, através da propaganda nacionalista, frente à transição democrática.

Essa pesquisa pode dialogar com o único trabalho encontrado que trata especificamente do IGHMB, e com o qual me deparei no período de construção do meu projeto de pesquisa. Trata-se da dissertação de mestrado de Natália Vial de Oliveira: *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro 1937-1945*. Essa pesquisa colaborou no sentido de trazer dados importantes acerca do IGHMB, do seu funcionamento, das biografias dos seus membros e de sua relação com a época. Aponta dados e reflexões para uma aproximação de como se deu esse movimento nacionalista, característico do Estado novo, nas publicações da Revista do IGHMB, onde o olhar para o passado consistia em dimensão importante nas iniciativas intelectuais patrocinadas e incentivadas pelo novo regime. A autora dá um foco maior para as publicações biográficas da revista, coerente com a sua tentativa de verificar o papel desempenhado pelo IGHMB em um momento maior de constituição de uma identidade para o Exército brasileiro através do culto de personagens militares do passado. Essa iniciativa, conforme observa Oliveira (2014, p. 93) passava pela relação entre as Forças armadas e a Nação.

Assim, no primeiro capítulo tratei das questões que envolvem o papel desempenhado pelas Forças Armadas no advento, consolidação e desfecho do Estado Novo. No primeiro momento, os militares passaram a ser reconhecidos pelos demais atores políticos como uma força a ser levada em conta. É quando elementos do alto escalão das Forças Armadas, tendo a frente o General Góes Monteiro, articulam a saída autoritária, seguida de uma forte repressão no meio militar no sentido de anular as potenciais dissidências ao golpe. Seguirei tratando da consolidação do Estado Novo, que coincidia com o otimismo dos oficiais simpáticos ao regime frente às vitórias iniciais da Alemanha na Segunda Guerra, até quando começam a se manifestar os oficiais adversários do regime autoritário, e encerro com uma curta reflexão sobre o significado do lançamento das duas candidaturas militares para as eleições presidenciais que se seguiram.

O segundo capítulo segue com uma breve análise da propaganda nacionalista patrocinada pelo governo e com uma tentativa de aproximação da forma como as Forças Armadas se inseriram nesse contexto. Aqui, portanto, tratarei mais especificamente do papel do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado novo, da mitificação da personalidade do presidente Vargas, bem como de questões teóricas que nos ajudam a compreender o nacionalismo praticado pelo Estado Novo dentro de um âmbito maior de emergência das sociedades de massa. Em um segundo tópico, tratarei das questões que envolvem a relação das Forças Armadas com esse nacionalismo, tanto no que diz respeito à penetração de valores militares na sociedade, do lugar que a instituição ocupava no nacionalismo estado-novista e das repercussões desse fator no interior da instituição.

No terceiro capítulo, selecionei alguns artigos e passagens da revista tentando abordar temas que refletem a relação entre as Forças Armadas e a Nação. O que se verificou, em um sentido mais geral, levando em conta tanto o papel dos militares no advento, consolidação e desfecho do Estado Novo, como a inserção da revista em um ambiente maior de nacionalismo patrocinado pelo Estado, foi o apelo a elementos integradores. Isso se dá de duas formas. Primeiro, tratando da unidade da instituição, em consonância com a preocupação maior de evitar a transposição das divisões políticas para o interior das Forças Armadas. Segundo, no elogio às iniciativas “históricas” tomadas pelo Estado Novo e que agiram na solução de antigos problemas nacionais, bem como a partir do resgate e construção de um passado militar nacional, dessa vez apontando para uma unidade maior em torno da nação.

A fundação por intelectuais militares de um instituto de geografia e história militar em 1936, momento de marcha para o Estado autoritário, e o lançamento de uma revista oficial do IGHMB, em 1941, momento de controle dos meios de comunicação e propaganda por parte do Estado e de intensa propaganda nacionalista, são aspectos passíveis de nos revelar algo sobre esse momento, ou no mínimo, nos revelar algo sobre a ótica de um determinado grupo de intelectuais militares em determinado momento da história do país ao versarem sobre certas temáticas nacionais. Nesse, sentido, não procurei maximizar o papel, a importância e o alcance das publicações da Revista do IGHMB na sua época. Nessa reflexão, procurei tratar a revista apenas como um aspecto passível de colaborar para identificar a relação das Forças Armadas com o nacionalismo característico do período.

## **1. OS MILITARES E O ESTADO NOVO**

### **1.1 A marcha para o golpe**

O período que vai de 1934 a 1937, no Brasil, marca o ano da promulgação de uma nova Constituição e culmina com o golpe do Estado Novo. No ano da constituinte, o Brasil vivia um período de transição, compreendido no intervalo das duas guerras mundiais, caracterizado pelo surgimento de novas doutrinas e pela busca de novos rumos em meio à convulsão social (SILVA, 1984, p. 96). Um ano antes, em 1933, o nazismo ascendia ao poder na Alemanha, dando início a uma acelerada retirada de cena do liberalismo democrático em nível mundial até o fim da Segunda Guerra em 1945 (HOBSBAWM, 1995, p. 115).

No Brasil, a Ação Integralista Brasileira representava a solução fascista, agindo em oposição ao Partido Comunista Brasileiro. Porém, o maior embate se dava entre as velhas máquinas partidárias da República Velha ainda atuantes, cuja mentalidade remontava à Constituição de 1891, e os elementos remanescentes do tenentismo que, agrupados no Clube 3 de Outubro, tentavam dar um tom mais nacionalista à nova Constituição. É o momento, também, de ascensão do movimento popular democrático que, no ano da constituinte, definia-se em grandes greves (SODRÉ, 210, p. 332-333).

A nova Carta teve um curto período de vigência, ainda mais se levarmos em conta que o período após a constituinte foi quase todo governado sob um estado de sítio constantemente renovado pelo Congresso aos pedidos do chefe do Executivo. Assim que foi promulgada, a nova Constituição já tinha como adversário seu primeiro presidente eleito indiretamente, Getúlio Vargas, e o general Góes Monteiro, rejeitado pela constituinte ao tentar se candidatar à presidência. Para Vargas, a nova Carta, uma concessão às oligarquias que tentaram, sem sucesso, lhe retirar do poder em 1932, era inadequada à realidade brasileira. Assim que recebeu a notícia da promulgação, confessou ao intelectual gaúcho Moisés Velinho que seria o seu primeiro revisionista (SILVA, 1984, p. 96). Às vésperas de se tornar ministro da Guerra, Góes Monteiro, em carta enviada à Vargas, no ano de 1934, criticava a nova Constituição, que fazia o Brasil regredir ao “liberalismo moribundo, ao domínio do individualismo e dos regionalismos” (CARVALHO, 2006, p. 95).

De fato, o país parecia seguir a tendência internacional e rumava para o autoritarismo desde o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, em julho de 1935, com base na Lei de

Segurança Nacional criada em março do mesmo ano. A ANL tratava-se de uma ampla frente popular, a estilo das que então fracassariam na França e na Espanha, e recrutava elementos de várias camadas da sociedade, tendo um desenvolvimento ainda maior do que a AIB. A ela se aproximaram os membros do Partido Comunista Brasileiro, seguindo a determinação internacional dos partidos comunistas no combate ao nazi-fascismo. O antigo líder tenentista Luiz Carlos Prestes, agora próximo aos comunistas brasileiros e com seu prestígio no meio militar, tornara-se seu presidente de honra. Dias antes de ser cassada pelo governo, a ANL conclamava a “criação do bloco, o mais amplo, de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo” e “pela ameaça fascista”(SODRÉ, 2010, p. 334).

Após o fechamento da ANL, seguiu-se um período de repressão aos movimentos e iniciativas de caráter popular e democrático, com a conivência do legislativo e apoiado em uma propaganda até então inédita no país, que visava acusar a organização de extremista, visando o seu enquadramento policial (SODRÉ, 2010, p. 334). Seguiu-se um período, conforme Sodré, no qual o governo intensificava a proibição das manifestações de pensamento e das tentativas de organização. Foi nesse contexto que, após a derrota dos levantes militares de Natal, seguidos dos levantes do Recife e do Rio de Janeiro, em novembro de 1935, seguiu-se uma fase de marcha desenfreada para o golpe. Dos eventos, que ficaram conhecidos como Intentona Comunista, participaram membros comunistas do Exército e que fizeram parte da ANL. O perigo de uma investida comunista no Brasil foi a justificativa para a declaração do estado de sítio e, posteriormente, para a declaração do estado de guerra.

Aos fins do ano de 1936 o golpe vem sendo preparado. A maior parte das classes dirigentes oligarco-burguesas se unem na perseguição das facções de tendências de esquerda e liberal, dando ao governo poderes excepcionais com o intuito de eliminar os grupos contestantes, operários, pequeno-burgueses e de sua própria classe. O líder integralista, Plínio Salgado, se coloca a favor do golpe. Os generais Góes Monteiro e Eurico Dutra provocam incidentes, afastando os oficiais liberais dos comandos. (CARONE, 1976, p. 253-254). O Exército e Vargas, com o apoio dos oposicionistas gaúchos, obrigam Flores da Cunha a entregar o governo do Rio Grande do Sul. Com isso, Vargas retirava de cena a principal oposição regional aos seus anseios políticos, ao mesmo tempo em que as forças

militares regionais passam a ser controladas pelo Estado Maior<sup>3</sup>. Segue-se, então, em novembro de 1937, um novo período de estado de sítio e posterior estado de guerra, baseado em um documento falso, o Plano Cohen, que revelava o iminente perigo de uma investida comunista no Brasil aliada aos judeus. Era a justificativa final para o golpe. Na noite de 10 de novembro de 1937, Vargas lia a nova Constituição em cadeia nacional.

A marcha para o estado autoritário teve ampla repercussão no meio militar, com cerca de 1.100 expulsões no Exército motivadas por posições políticas (CARVALHO, 2005, p. 85). Como a Intentona Comunista e a ameaça à ordem que ela poderia representar não conseguiram angariar o apoio necessário para a instauração imediata da ditadura, seguiram-se “dois anos de propaganda maciça, de violências de toda a espécie, de terror policial, para gerar as condições indispensáveis à suspensão de todas as garantias”. Essa mobilização das forças reacionárias visava a opinião pública, mas tinha um interesse particular no meio militar, onde tanto o tenentismo, quanto o PCB e a ANL tiveram um considerável prestígio. Conforme Sodré, o terrorismo instalado objetivava transformar as Forças Armadas em uma “barreira intransponível e ativa contra qualquer forma de manifestação popular, de cunho nacional ou de cunho democrático” (SODRÉ, 2010, p. 335), alinhando as Forças Armadas às funções de segurança contra o inimigo interno.

Ao mesmo tempo, no ano de 1936, há um aumento dos efetivos militares para cerca de 80 mil, o que superava os cerca 47 mil existentes no ano de 1930 (CARVALHO, 2005, p. 87). Desta forma, o número acentuado dos expurgos por razões políticas e o aumento do efetivo do Exército brasileiro, inserem a criação do IGHMB, em 1936, em um momento onde as Forças Armadas caminhavam para uma coesão indispensável para a execução do golpe, ao mesmo tempo em que se tornavam uma força importante no jogo político a ponto de ganharem um aberto reconhecimento dos demais atores.

Assim, às vésperas do golpe de 37, na tentativa de evitá-lo e tentando garantir a sua candidaturas eleições marcadas para o próximo ano, Armando Sales de Oliveira conclama aos militares a montarem “guarda às urnas” para a constituição de “um governo de autoridade”, ao qual dariam apoio na luta contra o comunismo e na reorganização do Brasil (CARONE, 1976, p. 255). Um ano antes, em abril de 1936, Getúlio Vargas, em um discurso

---

<sup>3</sup> O primeiro controle se deu efetivamente através da execução do golpe, que exigia a imobilidade das tropas estaduais, frente às tropas comandadas pelo general Daltro Filho. A constituição de 37 submete as forças militares estaduais ao comando do Estado Maior.

efetuado no 1º Batalhão de Caçadores em Petrópolis, no Rio de Janeiro, ressaltava a importância das Forças Armadas na luta contra os regionalismos, ou “contra as forças desintegradoras disfarçadas à sombra de falsas reivindicações ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas<sup>4</sup>”. Na seqüência dos acontecimentos, após agirem em defesa das instituições, conforme a Constituição de 1934, a Constituição outorgada em 1937 redefine o papel das Forças Armadas que, agora, passam a se submeter diretamente às ordens do chefe do Executivo, caracterizando a sua função de guarda pretoriana do novo regime.

Uma forma de nos aproximarmos mais do movimento que resultou em uma coesão em torno do golpe de 1937, é através do que alguns autores denominam como “doutrina Góes”<sup>5</sup>. Góes Monteiro parece ter sintetizado uma forma de pensar a relação do Exército com a política e com a sociedade, envolvendo questões no âmbito mais geral da nação, também denominada por José Murilo de Carvalho de “intervencionismo controlador” (CARVALHO, 2005, p. 75). A vitória dessa concepção significou a vitória de certo setor do Exército sobre os demais (CARVALHO, 2005, p. 64). Conforme o autor, houve o alinhamento de duas concepções opostas<sup>6</sup> e que se referiam ao papel político das Forças Armadas. A concepção vitoriosa previa mudanças na instituição, na sociedade e na relação entre ambas. Essa preocupação em intervir e ao mesmo tempo controlar, parece estar resumida, através das palavras do próprio Góes Monteiro, em fazer a “política do exército” e não a “política no exército”. Sem levar em conta o projeto de “política do exército” de forma um pouco mais detalhada, pode-se verificar que ele exigiu, para a sua efetivação, a

---

<sup>4</sup>As corporações militares entidades educadoras do povo (DISCURSO DE AGRADECIMENTO À HOMENAGEM DO 1.º B. C., EM PETRÓPOLIS, A 29 DE ABRIL DE 1937 ). Disponível em:[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/getuliovargas/discursos1/1937/02.pdf/at\\_download/file/](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/getuliovargas/discursos1/1937/02.pdf/at_download/file/) Consultado em 14/11/2015.

<sup>5</sup> Para um resumo da chamada “doutrina Góes”, consultar PINTO, Sérgio Murillo. *A doutrina Góes, síntese do pensamento militar no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Luci (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

<sup>6</sup> Enquanto uma corrente, mais temerosa com o envolvimento do Exército na política e com a conseqüente ameaça às hierarquias que daí poderia resultar, defendia a idéia do exército como sendo “o grande mudo” nas questões políticas, a outra, mais simpática à intervenção, guardava resquícios da influência positivista e da idéia do “soldado cidadão”, com uma ênfase mais “civilista”. O tenentismo fazia parte dessa última corrente, afastando-se dela pelo seu caráter mais militarista, ao defender o fortalecimento material das Forças Armadas e ao tender para um predomínio militar na política. Havia, também, uma componente mais extremada dessa segunda corrente, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, que tendia para a formação de um exército popular, inspirado em fases da Revolução Russa e da Revolução Chinesa. Houve, portanto, a aceitação da intervenção por parte dos não intervencionistas, que temiam as quebras de hierarquia advindas do envolvimento de militares na política, desde que se mudassem os métodos e o conteúdo da intervenção (CARVALHO, 2005, p. 73-74-75).

busca de simpatias em torno de um estado autoritário, ao mesmo tempo em que reprimiu as dissidências políticas no interior das Forças Armadas.

A Intentona consolida ainda mais a aliança entre Vargas e os militares que já vinha sendo esboçada, além de despertar a mística corporativa da instituição. A atuação do Exército, diante dos acontecimentos, se faz na preservação da ordem e na defesa das instituições e das autoridades que a representavam (SILVA, 1984, p. 96). A partir de então, surge a idéia de fortalecimento do poder para reprimir as ameaças às instituições, tendo o comunismo como o principal inimigo a ser combatido. (1984, p. 97, 98). Diante desse clima de medo, não foi difícil angariar simpatias em torno do golpe de Estado. Criaram-se as condições necessárias para que o Legislativo fosse cedendo e concedesse poderes de exceção ao Executivo, utilizados na perseguição às dissidências. Góes Monteiro, o oficial com maior ascendência intelectual sobre os demais oficiais militares, foi o principal articulador da saída autoritária no meio militar, conquistando, entre outros, o importante apoio do general Dutra, que estava frente ao Ministério da Guerra, para um golpe que seria dado *com* ou *sobre* Getúlio Vargas (SILVA, 1984, p. 98).

Dessa forma, o ano de fundação do IGHMB, em novembro de 1936, é o ano em que o país marcha de forma mais acentuada para o estado autoritário, seguindo a tendência internacional de ascensão totalitária. Paralelo a isso, as Forças Armadas, com um destaque particular para o Exército, apareciam como uma força reconhecida pelos demais atores políticos. Para criar as condições necessárias ao golpe, foram sendo liquidadas, pouco a pouco, as divergências políticas nos meios civis e militares, frente a uma forte propaganda anticomunista que visava enquadrar os adversários. Ao mesmo tempo houve a vitória de determinada forma de conceber a relação das instituições armadas com a política, que pode ser resumida em “fazer a política do Exército” e não “a política no Exército”, tal como aparece sintetizado no pensamento do general Góes Monteiro, o principal articulador do golpe no meio militar.

## **1.2 Da consolidação à redemocratização (1938-1945)**

O período que vai do ano de 1941 a 1945, escolhido para a análise das publicações da Revista do IGHMB, redefine os rumos da política interna brasileira, indo de um Estado autoritário, inspirado nos regimes totalitários que ascendiam na Europa, a uma reabertura



política. O fato determinante para a abertura foi a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em favor dos aliados, o que significava um alinhamento com os Estados Unidos e com o modelo democrático, desagradando os oficiais que articularam o golpe do Estado Novo e que eram simpáticos ao Eixo. Neste momento, as massas despontam como um fator a ser novamente levado em conta pelos demais atores políticos, principalmente para a elite governante, responsável pela transição.

A consolidação do Estado Novo marchou em sintonia com os desdobramentos do conflito mundial. Assim, nos anos iniciais da guerra, as sucessivas vitórias da Alemanha nazista, significavam, para os entusiastas do novo regime, uma vitória do Estado Novo. Conforme Nelson Werneck Sodré (2010, p. 346) as vitórias nazistas eram comemoradas festivamente no Estado Maior. Por outro lado, com o desaparecimento de antigas lideranças, o meio militar se via aglutinado no pólo formado pelos generais Góes e Dutra. Nesse momento é importante ressaltar a progressiva liquidação do elemento tenentista (SODRÉ, 2010, p. 328) o que significava a retirada de cena de antigas lideranças com influência no meio militar.

Nos meses de abril e maio de 1938, temos a tentativa de golpe protagonizada pelos integralistas. Apoiadores do golpe em 37, o movimento integralista viu-se traído por ser excluído de posições centrais no novo regime e por ter o seu partido posto na ilegalidade pelo governo. A derrota do *putsch* integralista colabora agora para a retirada de cena dos elementos militares vinculados à extrema direita, aumentando ainda mais a coesão das Forças Armadas frente à consolidação do Estado Novo, pois, ao mesmo tempo, o evento dá ao novo regime uma auréola de “União Nacional”, quando comunistas, liberais e membros das classes produtoras demonstram sua simpatia à Vargas por ter saído ileso da revolta e por atacar o integralismo (CARONE, 1976, p. 271).

Os elogios ao Estado Novo no meio militar começam a surgir a partir do ano de 1938. Nos dois exemplos citados em seguida vemos a íntima relação da unidade das Forças Armadas, conquistada com o afastamento da política “no Exército”, com a unidade nacional, o que seria uma conquista do Estado Novo. Desse modo, o major Correa Lima (apud CARONE, 1976, p. 360), se refere à Constituição de 1937 como estando “à altura das exigências sociais e econômicas do século”. Ao mesmo tempo, ela teria sido benéfica para o Exército, pois “tirou o militar dessas competições prejudiciais à eficiência das classes armadas e à tranqüilidade nacional”. A relação entre as Forças Armadas e a Nação, aqui

exposta sob o fator da “tranqüilidade nacional”, aparece também nas palavras do General Dutra (apud CARONE, 1976, p. 361), por ocasião do décimo aniversário do governo de Getúlio Vargas, em um sentido muito próximo. Dessa forma, para obter êxito, o novo Exército precisaria conjugar forças materiais e morais. As últimas, “manifestam-se pela identidade de idéias e sentimentos arraigados nos indivíduos”, sendo missão do novo regime, evidenciá-las e incentivá-las “em proveito da força e da coesão nacional”. Paralelo a isso, o general destaca o avanço que significou a proibição do direito de voto aos militares da ativa, o que se tratava de um “hábil artifício com que a política forçava para suas agitações periódicas os portões das casernas”

Getúlio Vargas tentava tirar o máximo proveito da sua posição inicial de neutralidade na busca de recursos para a construção da usina siderúrgica, passo importante para a autonomia industrial brasileira, além de acordos vantajosos no que se referia ao reequipamento material das Forças Armadas, importante para o objetivo de fortalecimento e modernização das mesmas. Assim, no ano em que se criava o Ministério da Aeronáutica, em 1941, inaugura-se a Usina de Volta Redonda, tratada sempre como um símbolo da independência econômica da nação. Nas comemorações do quinto aniversário do Estado Novo, exteriorizando a união de interesses entre o estado Novo e as Forças Armadas, o almirante Guilhelm era otimista no que se referia ao futuro, onde o Brasil teria a sua disposição “poderosos elementos de defesa do mar, construídos, armados e supridos exclusivamente pelos seus próprios meios” (apud SODRÉ, 2010, p. 347). Vargas discursava também em tom de otimismo, ressaltando os avanços do Estado Novo, e associando a eficiência material das Forças Armadas ao desenvolvimento material do país. Ao mesmo tempo, fazia-se um grande esforço de mobilização da indústria para o suprimento do Exército, enquanto se recebia da Alemanha a artilharia necessária ainda sem condições de ser atendida pela indústria nacional (SODRÉ, 2010, p. 348-349).

Na verdade, esse clima de união não chegava a apagar a divisão ideológica que havia no interior do Estado Novo, revelada frente à política externa que deveria ser adotada pelo governo brasileiro. Osvaldo Aranha representava a ala simpática à democracia e à união pan-americana, declarando, por ocasião da sua estada nos EUA a convite do presidente Roosevelt, em 1939, que o “Brasil foi, é e será um país democrático, porque o espírito da democracia está enraizado na consciência dos brasileiros” (CARONE, 1976. p. 273). Em sentido oposto, Góes e Dutra, os principais expoentes da ala militar, apoiavam uma

aproximação com a Alemanha e tentaram dissuadir Vargas a romper relações diplomáticas com o Eixo. Quando a marinha britânica aprendeu um navio que traziam materiais bélicos vindos da Alemanha e comprados pelo Brasil, ambos queriam que fosse declarada guerra à Inglaterra (CARONE, 1976, p. 267).

Já em setembro de 1940, ficava acordado o financiamento da Usina Siderúrgica Nacional com capital norte americano complementado com verbas do Estado brasileiro. Um novo acordo entre os países em 24 de Julho de 1941 faz com que o Brasil se comprometa em ajudar na defesa da América através da construção de bases aéreas e navais, autorizando o seu uso por outros países do continente, e na organização da defesa da costa brasileira, o que resultou nas bases aéreas americanas construídas na cidade de Natal<sup>7</sup>. Os EUA se comprometiam com o emprego das suas tropas na defesa do Brasil e no envio de armamentos. Ao fim do mesmo ano, o Brasil se declara solidário aos EUA por ocasião do ataque militar japonês às bases norte-americanas de Pearl Harbor. Em janeiro de 1942, devido a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, realizado no Rio de Janeiro e convocada pelos Estados Unidos, o Brasil rompe as suas relações com o Eixo.

As Forças Armadas, em decorrência da sua função de sustentação do Estado Novo, voltada para o combate do inimigo interno, acabava se distanciando de sua tarefa específica, ou seja, a preparação para a guerra. Desta forma, podemos entender, diante da preparação das tropas expedicionárias do Brasil para irem lutar na Europa, o despreparo das nossas Forças Armadas, tanto sob o ponto de vista da organização, como sob o ponto de vista material e ideológico. Dessa forma, o exército que foi para o campo de guerra na Europa muito se diferenciava do exército que ficou no Brasil. Recrutada nas camadas populares, a FEB ia para a Europa após um período de laborioso planejamento, deixando no Brasil o “Exército de Caxias”, tão apegado às hierarquias e à distinção social dos seus oficiais (FERRAZ, 2005, p. 52). A dissolução da FEB, já antes de sua chegada no Brasil (SILVA, 1984, p. 99), revelou a preocupação da importância política que ela poderia representar no seu retorno, em um período de transição democrática tão tumultuada como foi nos anos finais do Estado Novo.

---

<sup>7</sup> O Brasil, por contar com a parte mais extremada e próxima da África do Norte, obtinha uma posição geográfica estratégica na guerra. Com a invasão alemã à África, acreditava-se que América seria invadida militarmente pela Alemanha através do Brasil.

Reforçando ainda mais esse fator de despreparo, o Estado Novo iniciou um processo de elitização dos quadros das Forças Armadas, fato ainda mais marcante no Exército. Em 6 de maio de 1938, uma reforma dá ao Ministério da Guerra plenos poderes de decisão, ao ser responsável pelo comando do Exército, subordinando o Conselho Superior de Guerra, de caráter apenas consultivo, e o Estado Maior, elemento de previsão e preparação das decisões de comando. O decreto acaba por dotar o ministro da Guerra de poder político e decisório nas Forças Armadas. Assim, medidas adotadas a partir de 1939, proibiram a profissionalização de praças e limitaram muito a profissionalização de sargentos.

O recrutamento, paralelo a isso, se dava por meios claramente antidemocráticos, indo de encontro com a tradição do Exército. Os Colégios Militares, onde antes estudavam órfãos, filhos de militares e meninos pobres, são transformados em Escolas Preparatórias, onde passaram a ser submetidos a uma rigorosa seleção. Era proibida a inscrição de pessoas de cor, negros ou mulatos, de filhos de estrangeiros, de filhos de pais que exercessem atividades humildes, artesanais ou proletárias, de família com orientação política considerada suspeita, de judeus, de pais desquitados, desajustados, “ou cuja conduta, particularmente do membro feminino, discrepasse das normas morais”, como também de não católicos (CARONE, 1976, p. 358).

A entrada do Brasil na guerra contra o nazifascismo criava a contradição de combater no exterior um regime que regia internamente no país. Reagruparam-se as forças democráticas que estavam alijadas do cenário político brasileiro. À elas, se aliaram os demais adversários do novo regime, como o eram os remanescentes das antigas oligarquias e os oficiais militares distantes da cúpula oficial que lhe dava sustentação. Assim, houve um forte clamor popular pela entrada do Brasil na guerra por ocasião do torpedeamento dos navios brasileiros pela marinha alemã no ano de 1942. Em 1943, o “manifesto dos mineiros” é a primeira declaração pública em defesa da abertura democrática e contra o Estado Novo. Em 1944 temos a volta de antigas lideranças à cena política, com os comunistas organizados em torno da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), e a articulação de elementos novos como a Associação Brasileira de Escritores e a União dos Estudantes. O ano de 1945 inicia-se com críticas mais abertas ao governo na imprensa. Em abril do mesmo ano, com a lei da anistia, temos a libertação dos presos políticos do Estado Novo, o que por si só representava a proximidade da abertura democrática.

Ao longo desse processo manifestam-se os oficiais que eram adversários do regime autoritário e que estavam distantes da cúpula que servia de sustentação ao novo regime. Assim, Estilac Leal (apud CARONE, 1976, p. 364), em novembro de 1942, retrata a Alemanha como “impelida por seu espírito militarista, por sua psicose racista, pelo elementarismo de seus instintos, por seu espírito de conquista e de aventuras e irresponsabilidade”. Diante de todos os generais condecorados por Hitler, por ocasião da solenidade de formatura dos oficiais que concluíam o curso da Escola do Estado maior, o mesmo oficial, velho elemento tenentista, em sua posição de orador da turma, declarava o firme propósito dos militares brasileiros no combate ao regime detestado pelo povo e agora enfrentado pelos nossos tradicionais aliados (SODRÉ, 210, p. 353).

Podemos citar, nesse sentido, o discurso do general Góes Monteiro por ocasião da recepção dos combatentes da FEB após o seu retorno ao Brasil. Aqui, manifesta-se a contradição entre a visão negativa no que se refere ao envolvimento dos militares na política, através dos partidarismos, e a participação de militares nas ações políticas decisivas que se seguiram, onde Góes Monteiro estará no centro das ações que depuseram Getúlio Vargas garantindo as eleições presidenciais onde concorreram dois militares, o general Eurico Dutra, pelo PSD, e o brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Para um dos principais articuladores do golpe de 1937 e da deposição de Vargas em 1945, portanto, no período em que o “exército da FEB” retornava, tal era a situação do país com a qual os mesmos iriam se deparar

Encontrastes nossa Pátria dividida em lutas estéreis, facciosas, cujo alcance não se pode avaliar. (...) Encontrastes – e eu vos digo sem alarmismo, porém com tocante melancolia – um ambiente subminado, a semelhança dos ciclos que tem havido com constância em nossa história, de sínopes freqüentes nas forças armadas, atraídas para a arena política pestilenta do partidarismo, em satisfação de recalques ocultos, numa fraseologia enganosa e repetida, com que as consciências coleantes e os corações empedernidos dos balizadores e monopolizadores de virtudes e da verdade se proclamam, em todos os setores, representantes legítimos do atormentado povo do Brasil<sup>8</sup>.

Assim, o golpe de 45 foi coerente com o golpe de 37. Na seqüência dos fatos, os mesmos militares que apoiaram Vargas em 1937 o depuseram como forma de anular qualquer tentativa sua de se manter no poder. Isso seu deu em um sentido mais amplo de

---

<sup>8</sup> Extraído de TAVARES, General A. de Lyra; **O Brasil de minha geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, p.199.

conter as massas frente a um período de abertura democrática. Dessa forma, com as duas candidaturas militares para a presidência, os mesmos apresentavam-se como uma espécie de fiadores da democracia, em um momento no qual o movimento “queremista”, que chegou a contar com o apoio de antigos comunistas, e recebeu o incentivo de Vargas, pedia por uma nova constituinte e pela sua continuidade no poder, contrariando os militares que lhe deram apoio no golpe de 37 e que temiam a sua tentativa de aproximação com as massas.

Portanto, o período escolhido para a análise das publicações insere a Revista do IGHMB em um momento de transição democrática, encerrando-se pouco antes do desfecho do Estado Novo, dado que a última publicação analisada data de agosto de 1945. O tom de oficialidade do Instituto, o fato de a revista fazer parte das publicações controladas pelo DIP, revela o seu alinhamento com o Estado Novo e com o movimento que lhe instituiu, o que pode indicar uma possível repercussão das contradições de uma nova abertura política no interior das Forças Armadas. Esse fator será visto no primeiro tópico do terceiro capítulo, onde, a partir de algumas passagens da revista, é possível identificar o efeito da transição democrática no interior das Forças Armadas. Antes, porém, devemos relacionar como o meio militar se inseria na propaganda nacionalista patrocinada pelo Estado Novo, movimento que se deu com maior intensidade no início da década de 40.

## Capítulo 2. “A PÁTRIA É HOJE UMA IMENSA CASERNA”: FORÇAS ARMADAS E NACIONALISMO NO ESTADO NOVO

### 2.1 Estado Novo e nacionalismo

Em 1838, o Instituto de História e Geografia do Brasil surgia como um elemento importante no que se refere à construção da história nacional, tendo principal apoio do Estado que, sob a figura de D. Pedro II, se afirmava como criador e garantidor da nacionalidade (GOMES, 1996, p. 15). Cerca de cem anos depois, o Estado Novo, toma medidas que dão seguimento a um projeto de propaganda governamental (1996, p. 16), em um momento no qual a nação passa a se confundir com o Estado, o patrocinador e incentivador da propaganda nacionalista. Para esse fim, o governo tomou medidas no sentido de controlar os meios de comunicação, propaganda e cultura, censurando qualquer ato que contrariasse as diretrizes do novo regime, ao mesmo tempo em que trabalhava a sua autopromoção e legitimação.

Assim, o Departamento de Imprensa e Propaganda, em dezembro de 1939, tem como um de suas prioridades a publicação de um periódico que, quando foi lançado em março de 1941, era definido por seu diretor, Almir de Andrade, com sendo “um espelho do Brasil”. Desse modo, a Revista de Cultura Política tinha como objetivo básico divulgar a proposta política do novo regime, com grande ênfase nos feitos governamentais. Havia a preocupação com o “debate e a difusão” de informações e valores considerados essenciais para o desenvolvimento do Estado Nação e que transcendiam os aspectos políticos mais imediatos (GOMES, 1996, p.16).

Desse modo, Ângela de Castro Gomes reflete acerca do fato de que o Estado Novo partia de uma situação em que já havia todo um conjunto de realizações acumulado ao longo de um “tempo”, a partir do qual a memória coletiva poderia definir uma “vida nacional”. A estratégia seria recriar essa tradição, tendo a perspectiva de futuro como o elemento guiador dessa releitura. Da mesma forma, o Jornal da Manhã, lançado em agosto de 1941, através do seu suplemento literário *Autores e Livros*, tinha a intenção de construir uma autêntica galeria de vultos, os mais eminentes, da nossa história intelectual, retratando as características da vida e obra dos autênticos construtores da nossa nacionalidade.

O alcance dessas iniciativas, a forma como elas eram percebidas por aqueles aos quais se destinava e a medida do seu alcance, podem ser objeto de outra discussão, é verificável,

no entanto, o esforço governamental nesse sentido. Desta forma, o DIP, criado em dezembro de 1939, subordinava-se diretamente ao presidente da República, e tinha como objetivos “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional”. Trabalhava na censura de teatros e cinemas, estimulando a produção cinematográfica nacional, coordenando e incentivando “as relação da imprensa com os Poderes Públicos”, proibindo a entrada no Brasil de “publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros”, organizando programas de rádio-difusão, etc. (CARONE, 1976, p. 171).

Através de acordos, subsídios, e até mesmo intervenção em alguns casos, o governo alcança, aos poucos, a censura total dos jornais, o que garantia a não divulgação de idéias contrárias ao regime e tornava o governo a ser o único com o poder de se expressar publicamente, sem contestações e oposições, com todos os meios utilizados no sentido de divulgar e impor a imagem desejada de si mesmo. O rádio e o cinema foram também explorados no mesmo sentido. Através da criação oficial da Hora do Brasil, exibida entre as 7 e 8 horas da tarde, quando as pessoas retornavam para casa, o governo levava aos lares as notícias e informações oficiais. No cinema, a exibição de notícias nacionais, de caráter oficial, era obrigatória antes dos filmes que também eram objeto de censura.

Outra forma de propaganda eram os livros e folhetos distribuídos gratuitamente pelo DIP, promovendo a figura do presidente. Um dos traços marcantes nesse período é a personificação do mito de Getúlio Vargas. A partir de 19 de abril de 1940, o aniversário do presidente passa a ser uma comemoração pública e festiva no plano federal e nos estados. Os jornais dedicam páginas inteiras à comemoração, acentuando a sua biografia e seus valores pessoais, tais como a magnanimidade, a nobreza, a brandura até mesmo para com seus inimigos. A partir daí é que surgem as denominações de “pai dos pobres”, “grande pai”, “guia da juventude brasileira”, “estadista”, “clarividente”. No mesmo sentido, tentava-se mostrar como todos os líderes identificados com o Estado Novo tinham as mesmas características e qualidades que os diferenciavam dos demais, mas nunca atingindo o nível do chefe da Nação. Assim, vemos a propaganda exaltar também a esposa de Getúlio, Darcy Vargas, bem como os líderes civis Osvaldo Aranha e Ademar de Barros, e militares como o general Góes Monteiro, entre outros (CARONE, 1976, p. 168-169).

Em um nível mais teórico, podemos identificar essas iniciativas como um elemento essencial para o entendimento dos nacionalismos como correspondentes à emergência da moderna sociedade de massas. Para Benedict Anderson, tratam-se de “comunidades



políticas imaginadas” e criadas pela ação de aparelhos de Estado, envolvidos crescentemente com a governabilidade da sociedade e preocupados com a legitimação junto ao povo/soberano. Desta forma, através de sofisticadas construções políticas e estatais, com a importância fundamental dos elementos culturais, procura-se a construção de elementos integradores num plano interno, e que aqui serviram de guia para a análise de algumas passagens da revista do IGHMB, e de elementos diferenciadores no plano externo. Ganha importância as questões em torno da língua falada, da consciência étnica, das tradições religiosas e de um passado histórico comum (GOMES, 1996, p.18).

Ângela de castro Gomes encaminha a sua interpretação do período no sentido de relacionar a propaganda nacionalista patrocinada pelo Estado em um momento onde o mesmo se caracteriza por uma clara “modernização” dos seus aparelhos. Aqui, visava-se um futuro de abertura política, de democratização do país, previsto após o alinhamento com os Estados Unidos e com os desdobramentos da Segunda Guerra mundial. Tratava-se de angariar as massas, buscando o seu apoio para o nacionalismo estatal.

O Estado Novo, nesse sentido, estaria inserido em uma época de transição de um nacionalismo militante para um nacionalismo praticado pelo Estado. A autora utiliza-se das reflexões de Hobsbawm que, através das idéias de Miroslav Hroch, cria uma periodização para o entendimento histórico dos nacionalismos. Partindo da história européia, são indicadas três fases. A primeira era apenas de caráter literária e folclórica, sem implicações políticas. A segunda, através da ação de pioneiros e militantes da “idéia nacional”, dedicam-se às campanhas políticas para a expansão dessa idéia. A terceira, onde, no Brasil, teríamos o exemplo do Estado Novo, caracterizaria uma fase onde os nacionalismos passam a ter uma sustentação de massas através dos seus programas (GOMES 1996, p. 18-19).

O nacionalismo estadonovista, dentro ainda desse processo de legitimação, buscava contrastar o período por ele inaugurado com o período que lhe era anterior. Aqui, despontava a crítica ao liberalismo como um elemento desagregador da nacionalidade. Assim, através dos discursos de Vargas e dos militares simpáticos ao regime autoritário, vemos a ênfase dada à questão da unidade nacional, unidade essa que estaria ameaçada no período que antecedeu o golpe. A nova Constituição, desse mesmo modo, iniciava com uma justificativa. Ela vinha para atender as “legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social”, em uma época “profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem”. Os inimigos eram os “dissídios partidários”, cuja “propaganda demagógica procura

desnaturar em luta de classes”, ameaçando o país com uma iminente guerra civil, e o comunismo, cuja infiltração era cada vez mais crescente, “exigindo remédios, de caráter radical e permanente”.

No Estado Novo, a luta de classes era substituída pela cooperação entre as mesmas. Fator que culminou na consolidação das leis do trabalho em 1943, onde o Estado afirma a sua condição de árbitro nas relações entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, Octávio Ianni insere o Estado Novo em um período que vai de 1914 à 1964, onde se criaram as condições institucionais, políticas e culturais mínimas para a consolidação de uma civilização urbano industrial no Brasil. Dessa forma, é durante a ditadura de Vargas que se verificam as conquistas das classes assalariadas, em especial do proletariado, com a criação do salário mínimo, em 1940, e com a consolidação das leis do trabalho, em 1943. Essas medidas visavam, conforme o autor, não só preservar a classe operária de uma drástica pauperização, como também manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico (IANNI, 1975, p. 61).

Por outro lado, buscava-se a valorização do trabalho, onde despontam os discursos de Vargas nas comemorações de 1º de maio, onde citava freqüentemente o caráter patriótico do trabalhador brasileiro. Da mesma forma, na tentativa de tornar negativa a figura do “malandro” difundida nos sambas da época, o DIP censurava as canções populares que guardassem qualquer resquício nesse sentido, ao mesmo tempo em que incentivava a criação de músicas que condissessem com os valores do trabalho, difundidos pelo Estado Novo.

A medida de comparação, e também para ressaltar que as questões referentes ao nacional não foram inauguradas com o Estado Novo, mas ganharam dele abordagens específicas, pode-se relacionar o nacionalismo do novo regime com a época que antecedeu o golpe que lhe instituiu. Tratava-se de um período, conforme Sodré, de relativa liberdade, onde algumas camadas da sociedade, como o proletariado, por exemplo, começavam a ser atingidas pelas questões políticas, adquirindo condições de participação e luta, como demonstra a mobilização em torno da ANL. No terreno cultural, o Brasil começa a ser objeto de análises com conteúdos inéditos, enquanto as manifestações artísticas se revestem de teor nacional. Na literatura, temos a fase do pós-modernismo, onde são postos em evidência, entre outros, os problemas já antigos do país, como a questão do latifúndio. Conforme Sodré, referindo-se ainda ao campo da luta ideológica,

(...) verifica-se o enorme número de livros traduzidos e a predominância dos ensaios de interpretação e dos livros de doutrinação política. Tal situação, como era natural, não passou despercebida à burguesia e alarmou as forças mais retrógradas. Ler, para elas, sempre representou algo de subversivo. (SODRÉ, 2010, p. 331).

Dessa forma, a revista do IGHMB, publicada a partir de 1941, insere-se não só em um momento onde a democracia despontava como inevitável no horizonte político brasileiro. Tratava-se de um momento no qual o Estado se identificava com a Nação, utilizando-se de seus aparelhos para uma forte propaganda nacionalista que visava integrar as massas frente a esse momento de transição democrática. Cabe agora analisar mais de perto o que poderia ter significado esse nacionalismo do período no meio militar, ao tratada forma como era retratadaa relação entre Forças Armadas e Nação.

## **2.2 Nacionalismo e Forças Armadas**

Pouco mais de um ano antes da criação do DIP, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil instalava-se oficialmente na capital federal, no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1938. Em seus estatutos, previa a publicação de uma revistaque, tal como a *Revista de Cultura Política*, foi lançada no mesmo ano de 1941. Não tratou-sede um periódico publicado mensalmente. Teve um único volume publicado no ano de 1941, e passa ser semestral a partir do ano de 1943, assim indo até 1945, último ano de publicação analisado.

Era um momento de significativas transformações que envolviam a política interna e externa do Estado Novo. Diante do alinhamento com os Estados Unidos, em inícios do ano de 1941, e a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em agosto de 1942, após multidões tomarem as ruas, restava para a elite governamental administrar a transição política para um regime liberal democrático, justamente o modelo político visto pelos elementos simpáticos ao regime autoritário como inadequado para a realidade brasileira. Nesse sentido, a entrada do Brasil na Guerra, passou a ser utilizada pelo governo como um fato integrador da Nação, tanto através da mobilização da força de trabalho frente a uma economia de guerra, como em um plano mais simbólico de ameaça frente ao inimigo externo.

A partir daqui, temos um bom ponto para verificarmos a inserçãodas Forças Armadas nesse nacionalismo e o papel que a elas cabiam na tarefa integradora da Nação. A entrada do Brasil na II Guerra Mundial foi a justificativa paraum maior espaço dado aos militares na

Revista de Cultura Política já a partir do ano de 1942, quando o periódico segue uma diretriz que visava “hegemonizar” as já existentes, passando a ser veículo de difusão de uma “cultura militar”, face destacada de nossa “cultura política”. (GOMES, 1996, p. 197). Ao reconstruir o passado nacional, criava-se a imagem de um povo pacífico, mas que sempre soubera lutar para defender a sua integridade e soberania, frente a ameaça externa. Para a autora,

Nada mais congruente com tal objetivo, que reforçava os vínculos de coesão nacional na nação do que alimentar e estimular essa “cultura militar”, abordando-a através da reconstrução de nosso passado “guerreiro”. (...) A história desse povo precisava, assim, ser contada para ser conhecida amplamente, num momento em que a mobilização para a guerra se fazia tendo em vista *o front* de batalha na Europa e também *o front* de produção no Brasil (GOMES, 1996, p. 197).

Com o advento do estado autoritário, ganha força uma determinada concepção que nos indica a relação entre as Forças Armadas e a Nação durante o estado autoritário. Tratou-se do desaparecimento da idéia de Exército como vanguarda do povo, o que para os elementos mais antigos guardava muito da idéia de exército popular, tal como o PCB chegou a preconizar antes do Estado Novo. Após a marcha para o golpe que, como vimos, agiu no sentido de eliminar as correntes ideológicas com tendências populares e democráticas no interior das Forças Armadas, ganha corpo a imagem do Exército com suporte à nacionalidade.

Da mesma forma, firmava-se a idéia do Exército coexistindo com a estrutura do Estado. Assim, Azevedo do Amaral, em 1940, afirmava que “Estado e Nação formam uma unidade, que se completa pela integração perfeita das classes armadas na organização política, como força executiva da vontade estatal.” Amaral segue afirmando que assim se estabelecia “uma colaboração harmoniosa entre o Exército e o Estado”, “expressão orgânica da própria nação” (CARVALHO, 2006, p. 99). Me parece, uma forma de expressar, em um tom mais nacionalista, o papel destinado às Forças Armadas na Constituição de 1937, que a colocava sob ordem direta do chefe do Executivo, caracterizando a ditadura pretoriana. José Murilo de Carvalho ressalta que sob esse discurso havia realmente uma ocupação maior de militares em postos oficiais, muitos deles criados pelo Estado Novo, o que lhe dava um sentido real.

A entrada do Brasil na II Guerra Mundial, com a conseqüente transição democrática, é marcada pela confluência de mudanças na relação entre as Forças Armadas e o Estado e

entre as Forças Armadas e a sociedade, ao mesmo tempo em que modificava-se a própria instituição. No que se refere ainda ao primeiro aspecto, desde a Primeira Guerra Mundial enraizara-se a idéia de que as guerras, a partir de então, eram guerras totais e, portanto, exigiam a mobilização de toda a Nação. José Murilo de Carvalho identifica mudanças ocorridas desde a Primeira Guerra Mundial que agiram no sentido de abrir a sociedade ao Exército. Até 1916, a instituição era toda profissionalizada, sendo incapaz de influenciar a sociedade<sup>9</sup> através do treinamento e da socialização de reservistas.

A partir de 1918 temos um novo modelo onde o serviço militar atingia todas as classes, penetrando de forma mais ampla na sociedade e adquirindo a capacidade de influenciá-la. Com o advento do Estado Novo, o Exército chega ao centro do poder alegando ser a encarnação das aspirações nacionais, estando acima dos interesses regionais e partidários. Dessa forma, seguiam-se as críticas ao sistema anterior, onde a impossibilidade de o Exército influenciar a população resultava do civilismo e do liberalismo das elites civis, ao mesmo tempo em que a aversão das massas à disciplina e o pacifismo de todos resultava da ojeriza aos quartéis (CARVALHO, 2006, p. 78). Vemos, então, uma grande importância dada à guerra pelas mentes, cujos meios utilizados foram a educação moral e cívica fornecidas pelo Exército com o auxílio das escolas civis. Essas iniciativas incluíam o combate ao comunismo, mas também visavam a transformação dos valores sociais, tornando-os compatíveis com as tarefas da defesa nacional

(...) O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas, na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país. O resultado de tudo isso refletia-se no título de um artigo de Menotti Del Picchia, publicado na Nação Armada em dezembro de 1941: “A Pátria é hoje uma imensa caserna” (CARVALHO, 2006, p 78).

A relação entre as Forças Armadas e a Nação se dava em um plano não só carregado de simbolismo, como nos leva a crer o título que Menotti Del Picchia dá ao seu artigo e, indiretamente, sua época, mas na adoção de medidas que influíram na vida dos trabalhadores. Com a entrada do Brasil no conflito mundial, e o esforço em torno de uma

---

<sup>9</sup> “Era um exército que apenas recebia da sociedade, sem devolvê-los, soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficiais e de graduados. Era uma instituição fechada sobre si mesma, isolada da sociedade, sobre tudo das classes dominantes” (CARVALHO, 2006, p. 77).

economia de guerra, ocorreu uma espécie de militarização das relações de trabalho, onde as greves poderiam significar “motins”, as faltas poderiam significar “deserções”, com a possibilidade de se julgar e punir os responsáveis em tribunais militares (FERRAZ, 2005, p. 26). Mobilizava-se os trabalhadores em nome da defesa do país e pelo aumento da produção, ao mesmo tempo em que os direitos trabalhistas foram revogados, tendo o “esforço de guerra” como justificativa para uma maior exploração e para uma resignação frente a um período de escassez e encarecimento de produtos básicos de consumo. Ao mesmo tempo, em discurso direcionado aos trabalhadores, Vargas chama-os de “soldados da produção”.

A abertura da sociedade ao Exército, por outro lado, evocava um problema que preocupava os militares mais conservadores. Tratava-se da sujeição da instituição às pressões sociais, ou mais particularmente, da transposição dos conflitos políticos para o interior das Forças Armadas. Esses fatores já se faziam presentes nas revoltas tenentistas da década de 20, intensificando-se após a Revolução de 30, através de revoltas, protestos, tentativas de conspirações e até mesmo greves, diminuindo de forma significativa nos anos iniciais do Estado Novo (CARVALHO, 2005, p. 65).

Nesse sentido, foram adotadas medidas que visavam o fechamento do Exército à sociedade. Com esse propósito agiram as medidas já citadas no primeiro capítulo e que diziam respeito a uma rigorosa seleção no recrutamento adotadas durante o Estado Novo, onde se estabeleciam condições para o ingresso em todos os estabelecimentos de ensino militares. Paralelo a isso, houve o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos internos que visavam uma homogeneização ideológica do corpo de oficiais contra doutrinas consideradas corrosivas à corporação e a nacionalidade (CARVALHO, 2006, p. 80).

O Capitão Severino Sombra, um dos principais idealizadores do IGHMB, em resposta a Góes Monteiro, então ministro da Guerra em 1934, ressaltava já a importância de fazer a “preparação ideológica” do Exército, o que seria a essência mesma da política social de uma instituição militar moderna, além de consistir em uma barreira à ameaça comunista. Para Sombra, não se deveria hesitar no emprego dos “próprios métodos soviéticos na ofensiva contra o comunismo”. Entre as medidas sugeridas, algumas que seriam características do Estado Novo, estavam o ensino de sociologia na Escola Militar, da economia social nas escolas de sargentos, a promoção de conferências na Escola de Estado Maior e de aulas de moral e cívica para praças, bem como o uso intensivo de outros meios como o rádio, o cinema, etc. (CARVALHO, 2006, p. 81).

No que se refere ainda às mudanças no interior da instituição, no período que começa a partir da Primeira Guerra Mundial indo até o Estado Novo, Celso Castro (2002, p. 12) identifica a tomada de iniciativas que visavam à invenção de uma tradição para o Exército, em um período no qual a integridade da instituição era uma questão em aberto. A definição da identidade do Exército envolveu a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos. O autor segue a sua reflexão concluindo que o que ocorreu foi mais do que a “reorganização” de uma instituição fragmentada após um período de divisões organizacionais e ideológicas, havendo uma invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma determinada tradição e com um papel a ser desempenhado na construção da Nação (2002, p.13).

Assim, vemos após a Primeira Guerra Mundial a adoção de elementos simbólicos que visavam garantir a unidade das instituições armadas frente a transposição de contradições políticas para o interior das mesmas. As dissidências se manifestaram na década de 20 com os levantes tenentistas, após a vitória da Revolução de 30, quando conviveram um exército revolucionário, sob o comando de Góes Monteiro, e um exército que continuava às ordens do ministro da Guerra, passa pela Revolução Constitucionalista de 1932 e culmina os levantes militares de 1935, que decretaram o fim dos levantes armados aos moldes tenentistas.

Dessa forma, um ano após os eventos desencadeados pelo movimento dos tenentes em 1924, temos a instituição do culto a Caxias. Após os levantes militares de 1935, os mortos que lutaram ao lado das forças do governo eram homenageados anualmente através da instituição de uma cerimônia de vitória sobre a intenção comunista, comemorada até inícios da década de 90. Assim, a revista do IGHMB ao ser lançada em 1941 fazia parte de um movimento já esboçado desde o fim da Primeira Guerra Mundial que consistia, conforme Celso Castro na “invenção de uma tradição para o exército brasileiro”. Havia aqui, tal como no movimento mais amplo representado pelo nacionalismo estatal, toda uma tradição para ser construída através do culto dos seus “vultos do passado”. Assim, captando ao mesmo tempo um reflexo dessas mudanças e a forma como era retratada a relação entre as Forças Armadas e a Nação, em um dos cartazes premiados no concurso de propaganda do Serviço

Militar, promovido pelo Ministério da Guerra, em 1941, vemos um soldado apoiando um mapa do Brasil com as mãos e abaixo o dizer “O Exército é o Alicerce da Nacionalidade”<sup>10</sup>.

A relação entre as Forças Armadas e a Nação, portanto, pode ser compreendida tanto na tarefa integradora desempenhada pela divulgação de uma cultura militar frente a um período de transição democrática, conforme indicado por Ângela de Castro Gomes, como em um progressivo processo de abertura da sociedade aos valores militares, conforme observado por José Murilo de Carvalho, através da expansão do serviço militar obrigatório. Ao mesmo tempo buscava-se o fechamento do Exército à sociedade, em uma tentativa de torná-lo imune às disputas políticas, dentro de um movimento maior no interior das Forças Armadas que buscava a sua unidade através da criação de elementos simbólicos que apelassem, direta ou indiretamente para a união nacional.

---

<sup>10</sup> A imagem encontra-se em CASTRO (2002) e consta na figura 14 da seção de ilustrações.



## Capítulo 3. FORÇAS ARMADAS E NAÇÃO NA REVISTA DO IGHMB

### 3.1 Da marcha para o golpe à transição democrática

A criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 1936, como vimos, se dá em um momento de marcha para o autoritarismo no Brasil, com a participação decisiva de membros do alto escalão das Forças Armadas. Nesse processo, o meio militar viu-se atingido por um período de forte repressão, que visava afastar a “política no Exército”, para que as Forças Armadas pudessem agir com coesão na execução da “política do Exército”. De uma forma mais resumida, consistia em não deixar o meio militar ser atingido por questões e divergências políticas, fator mais relevante ao se levar em conta o Exército, pois a questão remontava aos levantes tenentistas da década de 20.

Dessa forma, a construção de elementos simbólicos que visavam à própria “invenção” do Exército enquanto instituição (CASTRO, 2002) e colaboraram para a “invenção de uma tradição para o Exército” nas publicações do IGHMB (OLIVEIRA, 2014) pareciam agir em pró dessa tarefa integradora. Essas questões, no entanto, agiam também no sentido de relacionar a integridade das Forças Armadas com a integridade da própria Nação. Isso reflete as idéias da chamada “doutrina Góes”, onde o Exército aparecia como “o instrumento de Força da Nação”<sup>11</sup>. É nesse sentido que Severino Sombra, na ata de fundação do IGHMB, em 1936, parece justificar a criação do Instituto frente a um “momento de agitação social”, diante do qual as Forças Armadas precisariam “manter a tradição histórica” “mais do que qualquer outro organismo nacional” e, assim “prestando inestimável serviço para as Forças armadas e para o Brasil

(...) Ora, a grave situação social que atravessamos está a exigir uma forte e imediata reação, pelo cultivo da nossa história, dos seus fatos gloriosos, das suas figuras heróicas. Mais do que qualquer outro organismo nacional, nesse momento de agitação social, o Exército, e também a Marinha, precisam manter a tradição histórica – mais sadio alimento do patrimônio. Nesse sentido, nossa Sociedade vem preencher sensível lacuna, prestando inestimável serviço as Forças Armadas e ao Brasil <sup>12</sup>

Assim, a forma como o apelo à tradição histórica e a outros elementos integradores, característicos do nacionalismo percorriam o tempo que vai desde a criação do IGHMB em

---

<sup>11</sup>PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góes, síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Luci (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p.299.

<sup>12</sup>Ata de Fundação do IGHMB. Revista do IGHMB, vol.1, 1941. p.78.

1936, momento de marcha para o golpe, passando por sua instalação oficial na capital federal em 1938, momento de consolidação do novo regime, e chegando ao lançamento da revista em 1941, em um momento onde a democracia despontava no horizonte político brasileiro, serão vistos através de passagens extraídas das publicações e representativas de cada momento acima citado. Assim, a ata de fundação do IGHMB escrita por Severino Sombra é representativa do primeiro momento, enquanto o discurso de Souza Doca no discurso de instalação oficial do IGHMB figura no segundo. Para o terceiro momento, escolhi algumas passagens de um artigo do Comandante Frederico Villar, publicado no segundo semestre de 1945 da Revista do IGHMB.

No que se refere ao segundo momento, por ocasião da cerimônia de instalação oficial do IGHMB na capital federal, em 15 de novembro de 1938, quando o Estado Novo caminhava para a sua consolidação, para Souza Doca, a lacuna que o IGHMB preenche não se dá mais em um momento de “agitação social”, conforme Severino Sombra escreve na ata de fundação em 1936, mas em um momento no qual o país marchava “desassombrado para a realização dos seus grandes destinos”.

(...) fundamos êste Instituto que preenche, sem dúvida, uma lacuna que não podia coexistir com o momento em que o país marcha, desassombrado, para a realização de seus grandes destinos, movido pelos anseios de forte e sã brasilidade e está a exigir, em todos os setores, a cooperação corajosa, inteligente e esforçada de todos os seus filhos.<sup>13</sup>

O discurso segue o seu apelo a elementos integradores, posicionando as Forças armadas no contexto nacionalista ao reproduzir uma fala de Góes Monteiro, dessa vez transpondo os valores militares para a própria nação ao desejar “que cada brasileiro tenha o coração de soldado”. Essa passagem representava, para o orador oficial do Instituto, a “patriótica aspiração do exército”, com a qual o IGHMB colaborava através do “culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos” do passado militar brasileiro. Há, também, a reprodução de uma passagem de um discurso de Getúlio Vargas, onde a “mais alta autoridade do país” conclama que “nenhum sacrifício, nesta hora grave, será bastante, nenhuma vigilância excessiva para a defesa da nossa bandeira, de nosso idioma, das nossas tradições”. É nesse sentido que Souza Doca insere a importância do ensino de história, ao valorizar “os exemplos de civismo dos construtores da nacionalidade”, criando, assim, “a mística da

---

<sup>13</sup> DOCCA, Souza. Nosso Programa. Revista do IGHMB, 1941, vol. 1. p. VIII.

pátria”. No mesmo discurso, há uma crítica de uma lei de ensino de 1932 que substituiu a história nacional pela história da civilização, vista aqui como resultante de “influências exteriores”, “exotismos” contra os quais era preciso reagir para que pudéssemos “existir e mandar em nossa terra”.

O trecho mais significativo do seu discurso que, para mim, revela o alinhamento com o autoritarismo do novo regime, está na exaltação das “forças diretoras”, apesar dele estar se referindo aos esforços conjuntos em torno da produção de uma história militar

(...) Agiremos, assim, conforme essa lição de Gustavo Le Bom, sobre as forças diretoras: (...) ‘Todas as diversas individualidades, átomos físicos, células viventes, unidades humanas, ficam sem efeito se suas ações não forem provocadas por e canalizadas por forças diretoras. (...) ‘Em todas as fases da história se precisa de uma orientação, seja pela fé, pela espada, pela ciência ou pela idéia’.<sup>14</sup>

Não podemos perder de vista, porém, que tanto a ata de fundação do IGHMB, em 1936, onde Severino Sombra descreve as razões de sua criação, em um momento de marcha para o golpe, quanto o discurso de Souza Doca, em 1938, em um momento de consolidação do Estado Novo, são publicados na primeira edição da revista do Instituto no ano de 1941, o que não esconde a diferença de perspectivas dos seus autores, mas também não chega a criar uma contradição. A publicação da revista, em 1941, parece se dar em um momento ainda de tensão diante dos rumos que deveriam ser tomados pela política externa brasileira frente ao conflito mundial. O estado autoritário podia ainda se impor e a perspectiva de abertura democrática ainda não provocava abertas oposições ao novo regime, mas as “forças diretoras”, em 1941, não perderiam a sua importância em um período que poderia se desdobrar em novas “agitações sociais” com a possível reabertura democrática.

Assim, me parece que a Revista do IGHMB deixa revelar em algumas passagens esse combate à política “no Exército” frente a um momento de transição para a democracia no Brasil. Isso se refletiu nas biografias publicadas, onde as personagens militares, que participaram de um passado nacional e militar, nunca eram movidas por questões pessoais ou partidárias, agindo sempre com certo “desprendimento” em benefício dos interesses coletivos da nação. Natália Vial de Oliveira, ao focar a sua análise nas biografias publicadas pela revista, nos ajuda a pensar uma contradição entre esse combate aos partidarismos nas

---

<sup>14</sup> DOCCA, Souza. Nosso programa. Revista do IGHMB, 1941, vol. 1. p. IX.

Forças Armadas, onde as personagens militares do passado servem como exemplos a serem seguidos, e a “dimensão política” do passado recuperado pela revista do IGHMB, ao afirmar que

Os biografados eram retratados como dispostos a qualquer sacrifício e imunes a qualquer sentimento de reconhecimento e, por vezes, os biógrafos se referiam às suas palavras como sendo um culto aos biografados. A escolha, por esse tipo de abordagem, remete a uma dimensão política da recuperação do passado. E, mesmo que os autores dessas “histórias” afirmem a necessidade de uma história imune aos pendores políticos, o que se demonstra, sem disfarces, é a forte dependência da história produzida no IGHMB com o poder instituído (OLIVEIRA, 2014, p.107).

O Comandante Frederico Villar, em artigo denominado *Política versus Marinha*, publicado na edição da revista correspondente ao segundo semestre de 1945, deixa transparecer essa contradição que se torna maior ao lembrarmos o papel desempenhado pelas Forças Armadas no Estado Novo, principalmente em seu caráter mais repressor de perseguição às dissidências políticas no período de marcha para o golpe. Assim, no ano decisivo para a transição democrática, afirmava Villar que a política, “sujeita por sua própria natureza a divergência de opiniões”, seria “um perigosíssimo elemento dissolvente, demolidor da instituição, e, por conseguinte, nociva à doutrina militar”. Em um momento onde reflete mais claramente o momento de transição pelo qual passava o país, afirma que as Forças armadas deveriam “fazer prevalecer livremente a sua vontade nas urnas”, ao mesmo tempo que aponta o perigo das divisões políticas dentro da instituição

Campos opostos separarão por muito tempo Exército, Marinha e Aeronáutica, por acaso envolvidos nas aventuras da política interna do país; e, neles, corpos, navios, esquadrilhas aéreas, – cada qual podendo tomar o seu “partido” – procuraria destruir os seus antagonistas, demolindo as Forças Armadas da Nação, – que precisa fazer prevalecer livremente a sua vontade nas urnas, nas discussões parlamentares e nas resoluções do Governo constituído, sem qualquer ação perturbadora por parte dos elementos militares<sup>15</sup>.

Aqui, ainda clama pela unidade das Forças Armadas diante de um momento de transição política, unidade essa capaz de interferir positivamente nos destinos do país ao garantir a democracia

---

<sup>15</sup> VILLAR, Frederico. <sup>15</sup> VILLAR, Frederico. As revoluções que eu vi – Política versus Marinha. Revista do IGHMB, 1945, vol. 8. p. 76.

Unamo-nos, pois, fraternalmente, Exército, Marinha e Aeronáutica! (...) Unidos e fortes. Seremos respeitados e poderemos realizar os nossos máximos objetivos, de guardas fiéis das nossas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e corrigir com o peso da nossa força os absurdos excessos da política interna, que sem nossa separação SE CONSERVARÁ DENTRO DAS LEIS... Cumpriremos, assim, religiosamente, o nosso juramento à bandeira, deixando ao nosso povo a mais ampla liberdade para escolher aos seus leaders e governar-se a si mesmo soberanamente, como melhor lhe parecer e na altura do seu valor.<sup>16</sup>

É interessante também levar em conta que a publicação de agosto de 1945, se dá em um momento onde já se delineavam as articulações em torno das duas candidaturas militares para a presidência. Diante disso, agora sob o discurso democrático, vemos a preocupação frente a transposição das divergências políticas para o interior das Forças Armadas, de forma similar ao período que antecedeu o Estado Novo. Através das idéias de Frederico Villar, a unidade da instituição aparece como um elemento necessário para a garantia de uma transição democrática, ao mesmo tempo em que os partidanismos seriam a principal ameaça. Aqui, as oposições, mesmo que dentro da própria instituição, deveriam se resolver nas urnas, no parlamento, nas decisões do governo instituído.

Dessa forma, podemos interpretar a preocupação de certo setor das Forças Armadas, através das publicações da revista no período de abertura democrática, no mesmo sentido que interpretamos a criação do IGHMB no ano de 1936, quando o país marchava para a constituição de um Estado autoritário. Tanto em um momento como no outro, o primeiro marcado pela transição democrática e o segundo marcado pela promulgação de uma nova constituição, prevalecia a visão do envolvimento das Forças Armadas na política, envolvendo-se em disputas ideológicas, como um elemento desagregador, pondo em risco não só a unidade da instituição, como a unidade da própria nação, concedendo um papel central desempenhado pelas Forças armadas na unidade e integridade da Nação.

### **3.2 As Forças Armadas e a unidade nacional**

Ao refletir sobre a posição ocupada pelas forças armadas brasileiras em um estado autoritário, que desempenhou um projeto de modernização conservadora, em um momento onde o Estado confundia-se com a Nação, surge a questão da unidade, ou da integridade nacional, que esteve ameaçada no período que antecedeu o novo regime. No discurso de Vargas citado no segundo capítulo, observou-se a importância dada a unidade das Forças

---

<sup>16</sup> Idem, p. 77 [grifo do autor].

Armadas como um fator importante para vencer as forças desagregadoras no período que antecedeu o Estado Novo.

Nas publicações escolhidas para esse tópico, constam temáticas que relacionam mais diretamente as Forças Armadas com a Nação, seja através de um passado em comum, onde tivemos a colaboração de um “espírito militar” para a defesa do nosso território, seja em seu alinhamento com o projeto maior de modernização conservadora desempenhado pelo Estado Novo, onde figuraram temas como a integração do índio à sociedade e a atividade pesqueira no Brasil. Nesses temas aparece a simbiose entre Estado e Nação, quando são elogiadas, nesse sentido, as atuações do Estado Novo em áreas importantes para integração e para a unidade nacional, desempenhadas sempre de uma forma tutelar, e inéditas no sentido de agirem na resolução de antigos problemas referentes ao território, à economia e à defesa nacionais.

A primeira publicação escolhida trata da questão indígena, onde o major Jonatas Correia elogia a criação da Casa do Índio pelo governo, “atendendo a uma patriótica solicitação que lhe foi feita”, sendo uma “realização de caráter altamente cívico, útil à defesa e ao reaproveitamento do nosso selvícola”. Aqui, o major felicita o desaparecimento da “mentalidade que considera o caboclo inapto para o trabalho”. Remontando à descoberta do Brasil, afirma que “Desde a chegada de Cabral que o índio se mostra útil. A questão é saber captar sua confiança e simpatia”. A utilidade do índio no passado se dava em seu aspecto militar. Nesse sentido, ele é retratado como “sempre presente nos pontos mais culminantes de defesa do país”

Já no tempo colonial, o bugre colaborava com o branco, não obstante as injustiças de que era vítima. Vieira, em páginas de fogo, descreve-lhes os tormentos e os suplícios. E no entanto ele está sempre presente nos pontos mais culminantes da defesa do País.

Heróico, bravo, ele foi colaborador apreciável em relevantes momentos. Astucioso, inteligente, tendo a bússola nos olhos, quantas vezes não levou o branco à vitória, por ínvios caminhos, só dele conhecidos e percebidos<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> CORREA, Jonathas. A casa do índio. Revista do IGHMB, 1943, vol. 4. p. 144.

Assim, segue fazendo um elogio ao Serviço de proteção ao Índio, onde figurou a atuação do Marechal Rondon, um dos sócios beneméritos e fundadores do IGHMB, aqui retratado como “o benemérito da Pátria”. São também elogiadas as iniciativas de catequização feita pelos Jesuítas. Jonathas Correa recorre às afirmações do escritor Jorge de Lima, para quem as missões concederam, “além de bens espirituais de toda sorte, uma geografia, uma consciência geográfica, fenômeno muito mais importante do que a descoberta topográfica”. No encerramento do artigo, o autor ressalta essa importância dos missionários como exemplos a serem seguidos pela Casa do índio

Não devem faltar à Casa conselhos e as experiências dos missionários e deverão ser eles, pelo exemplo e pela doçura, pela suavidade dos métodos, pela bondade da fé, os eleitos para trazerem até nós, pelas suas mãos cristãs e dignas, o homem das selvas para o trabalho civilizado<sup>18</sup>.

Outro artigo trata de geografia, de economia e de defesa nacional como elementos integradores da Nação e integrados entre si, em uma clara consonância com o projeto nacional moderno desempenhado pelo Estado Novo. Assim, em artigo intitulado A pesca no Brasil, o mesmo major Jonatas Correa, na edição referente ao primeiro semestre de 1943, onde defende as iniciativas do governo no sentido de nacionalizar a pesca, começa citando uma fala de José Bonifácio, onde o mar aparece como um elemento integrador do país

“E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para um novo assento da ciência. Que terra para um grande e vasto Império! Banhando suas costas pelas ondas do atlântico; com um sem número de caudais e ribeiros empolados, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento de grandes pescarias<sup>19</sup>.”

Dessa forma, “tudo seria beneficiado” com a organização da pesca: “Economia, indústria, defesa nacional, educação, saúde, comércio (...)”. Assim, segue-se todo um histórico de iniciativas, através de diversas leis criadas no Império e na República referentes à proibição da pesca no Brasil aos estrangeiros. Todas feitas “sem uma vontade firme e decidida de liquidar o assunto, porém, somente votar e sancionar leis...” Nesse sentido, as iniciativas tomadas pelo Estado Novo, através do Código da Pesca, através do decreto lei nº 794, em 1938, e o decreto-lei nº 3.382, em 1941, anunciavam um novo tempo, onde “ o

---

<sup>18</sup> Idem, p. 146.

<sup>19</sup> CORREA, Jonathas. A pesca no Brasil. Revista do IGHMB, 1943, vol. 3, p. 43.

nosso pescador não vive mais ao abandono e o Estado – dentro da nova concepção brasileira – sem lhe coibir os lances de iniciativa pessoal, deve dar-lhe orientação técnica e assistência”.

A participação militar na questão se dá através do elogio feito ao Comandante Frederico Villar, “fortemente apoiado pelo governo, e consciente de suas obrigações para com o país”, cujo livro destinado aos pescadores brasileiros, o “Manual do Patrão de Pesca”, tratava tanto da pesca como de temas cívicos. O ponto mais importante do livro “e oportuno na hora atual”, pelo fato do envolvimento do Brasil no conflito mundial em curso, seria um capítulo do livro intitulado “Código de Honra do Pescador Brasileiro”, onde vemos o alcance da difusão da “cultura militar”, anteriormente citada por Ângela de Castro Gomes e aqui expressa através do tema da segurança nacional, como um elemento integrador da nação frente ao inimigo externo. Nesse capítulo Villar, em tom de alerta, fala aos pescadores que

No mar está o futuro da Pátria. Do mar – se não formos fortes e previdentes em nossa defesa – nos virá o inimigo poderoso e cruel. Será a ruína, a escravidão, a deshonra e a miséria. Vigia-o atentamente. Comunica sistematicamente tudo quanto o vires, à tua colônia, autoridade naval, ou outra mais próxima para a ciência do Governo. Nunca dê informação de nenhuma espécie (...) isso porque às vezes um fato que parece não ter importância alguma tem realmente muito valor e é capaz de trazer as mais graves conseqüências para a Nação<sup>20</sup>.

Em um segundo momento, vemos as publicações caminharem no sentido exposto por Ângela de Castro Gomes quando, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os militares ganham mais espaço nas publicações da Revista de Cultura Política, onde o que se busca é o resgate de um passado guerreiro para a nação. Esse aspecto aparece em dois artigos selecionados para essa análise. O primeiro fala do “espírito militar na questão acreana”, fator decisivo para a demarcação do território brasileiro, enquanto o segundo fala de uma operação militar de defesa do porto de Santos, decisivo para a derrota dos rebeldes na Revolta da Armada. A defesa contra o inimigo externo aparece nas diversas biografias publicadas, onde a maioria dos biografados nas publicações da revista esteve envolvida com as guerras do prata durante o período imperial.

No primeiro artigo, publicado na edição do primeiro semestre de 1943, o coronel Luís Lobo, debatendo a conferência de Castilho Goycochea sobre o tema “O Espírito Militar na

---

<sup>20</sup> Idem, p. 46.



questão acreana”, critica a importância central dada pelo mesmo à Plácido de Castro nos eventos que consolidaram a incorporação do Acre ao Brasil. O coronel segue afirmando que o “Acre (...) há de figurar na nossa história como uma curiosa demonstração de que a grandeza do Brasil é tamanha, que nos surpreende até com problemas econômicos que no fundo são paradoxais, senão antinômicos”. Aqui, o “desbravamento do Acre, sua descoberta por assim dizer, seu povoamento e a exploração da indústria extrativa de sua borracha, foram consequência absoluta, iniludível, inegável e fatal das secas do nordeste”. O nordestino, ao povoar o Acre, contrariaria “o conceito pessimista de certos eunucos intelectuais – de que no Brasil tudo é grande, *menos o homem*”. Luís Lobo concorda, porém, com a tese geral da conferência de Goycochea de que o “espírito militar” havia vencido na questão acreana

Espírito militar – como renúncia, como bravura e como pertinácia na ação da gente acreana indômita e bravia; espírito militar do excelso Rio Branco que jamais compreendeu tratados fundamentados em puros pragmatismos, sem o lastro da força capaz de fazê-los cumprir; espírito militar inato do exército nacional que venceu no Acre, sem batalhas, porém com a perda de 35 a 40% de seus efetivos, dizimados pelas endemias locais; com a coluna do bravo, honrado e justo general Olímpio da Silveira; que venceu no Alto Juruá com Alcides; espírito militar que venceu no Alto Purús, com o revolucionário seringueiro José ferreira e com o destacamento do Exército do coronel Agobar de Oliveira<sup>21</sup>.

No segundo artigo escolhido, o general João Fulgêncio de Lima Mindello, ao relatar a defesa minada do porto de Santos durante a Revolta da Armada, em 1893, diz recordar a contragosto “uma época por demais dolorosa para todos nós das forças armadas de mar e terra”. O general segue ressaltando que a revolta teria sido, “se não pela sua duração, pelos efeitos que afetaram a nação em todos os ramos de sua atividade, talvez, a mais importante pelas perturbações trazidas à nossa normalidade política e social, já então diversas vezes abalada desde os primórdios da implantação do regime republicano”. O ponto positivo da revolta se dá quando se conclama a recordação dos “camaradas, que tombaram nessa luta que, como bem disse o insuspeito, nosso saudoso e emérito vice-presidente, Almirante Souza e Silva, consolidou a República e virilizou a nacionalidade”. O general segue falando que “as feridas abertas na luta ingente, passada e rafrega já cicatrizaram” e que “os sinais das cicatrizes, já de muito, desapareceram”. Aqui, parecíamos estar vivenciando uma nova

---

<sup>21</sup> LOBO, Luiz. Debate à conferência do Dr. Castilho Goycochea, sob o tema “O Espírito Militar na questão acreana. Revista do IGHMB, 1943, vol. 3. p. 114.

época inaugurada com o Estado Novo, que significava tanto o fortalecimento das Forças Armadas quanto da própria Nação

Agora, sob os imperativos do Estado Novo Brasileiro, as forças armadas ressurgem; e, irmanadas, inspiradas nos mesmos ideais, trabalham com afinco, recuperando o tempo perdido, na antevisão dum Brasil maior, próspero, engrandecido e feliz, em marcha ascendente a ocupar o lugar que, de direito, lhe compete no concerto das nações civilizadas, sem competições, sem pruridos de hegemonia e só aspirando, no dizer de Rio Branco, ser forte e grande entre os seus vizinhos grandes e fortes<sup>22</sup>.

A reprodução aqui das palavras de Rio Branco, onde o Brasil tenta ocupar o seu lugar entre as demais nações, remete a um momento onde, com o alinhamento do Brasil a favor dos países democráticos na Segunda Guerra, e uma aproximação com os Estados Unidos, vinha a tona a questão da união panamericana<sup>23</sup>. Ao mesmo tempo, a defesa da soberania nacional frente ao inimigo externo, através da construção de um passado guerreiro nacional remetia as batalhas travadas no prata durante o período imperial. A reconstrução desse passado de guerras com os países vizinhos implicava a não provocação de animosidades<sup>24</sup>. É visto, portanto, a tentativa de passar a imagem, observada por Ângela de Castro Gomes, de um país “pacífico, mas que sempre soubera lutar” para a defesa de sua soberania e independência. Assim, ao falar das guerras constantes travadas pelo Brasil com seus vizinhos na época imperial, mais especificamente sobre a intervenção do Brasil no Uruguai, fala o major Jonathas de Moraes Correa que

A guerra de 1864, a que muitos historiadores dão como o ponto de partida da guerra do Paraguai, nos foi imposta com violência e a ela não podíamos fugir a não ser com a quebra absoluta de nossa dignidade. Seria crível o Brasil abandonar os seus filhos à sanha impiedosa e constante do governo do Uruguai? Nós não intervínhamos e nem desejávamos intervir na política interna daquele vizinho. Simplesmente reclamávamos justiça. No ofício de 8 de Agosto de 1864, do Ministro das relações Exteriores, ao conselheiro Saraiva, lê-se: “Nada nos importa

---

<sup>22</sup>MINDELLO, João Fulgêncio de Lima. Defesa minada do porto de Santos (revolta de 1893). Revista do IGHMB, 1942, vol. 2, p. 126.

<sup>23</sup> A questão é tratada na revista diretamente através de artigo, publicado na edição do primeiro semestre de 1944, de autoria do Cmt. César Feliciano Xavier, intitulado Política, Guerra e o Sentimento Panamericano, onde um militar brasileiro, já no império, havia desenvolvido ideais em torno do americanismo antes mesmo de Bolívar e San Martín.

<sup>24</sup> Natália Vial de Oliveira (2014, p. 91) denomina a história produzida pelo IGHMB de uma “história militar amistosa”. Assim, conforme Souza Doca declarava no seu discurso de 1938 a história não deveria ser “um instrumento de discórdias, de provocações de guerra” e, por isso, perdia “cada vez mais essa função primitiva e cruel, para se transformar em um vínculo em uma força de aproximações constantes e amistosas, lançando desse modo os alicerces em que há de repousar tranqüilamente a solidariedade dos povos, animados por um desejo sincero e profundo de paz”.

que governem a República blancos ou colorados; o governo do Império não dá apoio nem se opõe ao predomínio quer de um quer de outro; tão somente exige de ambos o respeito à vida, honra e propriedade de súditos brasileiros residentes no território da República”. Como concluir que nós queríamos senhorear a política oriental? Só a má fé, a lisonja, ou um mal compreendido espírito continental poderão responder afirmativamente<sup>25</sup>.

As passagens aqui selecionadas revelam, portanto, a consonância com a tarefa integradora do nacionalismo desempenhado pelo Estado Novo. As Forças Armadas apareciam como uma componente fundamental no processo de constituição da nação. Isso se dava tanto na reconstrução de um passado militar nacional, que remontava às batalhas vitoriosas travadas no prata frente ao inimigo externo, como nas lutas internas que ameaçaram a unidade e a integridade nação. No presente, através de questões fundamentais para a nação, onde figuravam as atitudes inéditas do Estado Novo, vemos o apoio e participação de militares em todo o histórico dessas problemáticas. Assim temos a atuação de Rondon na questão indígena e de Frederico Villar na questão da pesca.

---

<sup>25</sup> CORREA, Jonathas. Revista do IGHMB, 1942, vol. 2. p. 57-58.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de traçar algumas considerações finais referentes a esse trabalho de pesquisa não puderam deixar de me provocar lembranças que remontam ao período em que fui recruta no Exército. Mais de dez anos se passaram. Selecionei uma única lembrança que merece uma reflexão em torno do tema, mesmo que sem conclusões muito acabadas sobre o assunto. Trata-se do trecho de um discurso do comandante do Batalhão, com a tropa toda em forma, na presença de todos os nossos familiares. Diante da impossibilidade de reconstruir as palavras exatas do comandante, lembro apenas que ele afirmava que no exército “a gente brincava de vida real”. Enquanto no quartel o soldado obtinha apenas uma punição disciplinar por faltar a um expediente, no “mundo lá fora”, enquanto empregados, isso poderia resultar em demissão.

Fruto de uma lembrança pessoal, o caso me remeteu ao alinhamento que podemos observar entre os valores desejados de um soldado e os valores desejados de um trabalhador, valores esses que coincidem no período do Estado Novo, com resultados efetivos em um momento de esforço em torno de uma economia de guerra e com os direitos trabalhistas suspensos quase que simultaneamente a sua criação. Não estamos mais em 1937, tampouco em 1964, mas em torno de dez anos atrás um comandante de batalhão poderia formar uma frase cujo sentido remetia a uma relação entre o serviço militar obrigatório e a sociedade em determinada época, como se o cotidiano militar e cotidiano do mundo do trabalho compartilhassem os mesmos valores. Enquanto recruta, a afirmação me parecia óbvia, creio que para os familiares presentes ali também. Todos compartilhavam, querendo ou não, uma mesma época, o sentido das palavras fazia-se no mínimo compreensíveis.

Parece ter sido durante o Estado Novo que se consolidaram os símbolos fundamentais que uniram as Forças Armadas à Nação, em uma tarefa integradora, característica do nacionalismo específico desempenhado pelo Estado Novo frente a um período de transição democrática, mas que não deixam de se fazer presentes. Assim, no limite dessa pesquisa, podemos afirmar que as idéias referentes às Forças Armadas e a Nação transpassaram todo o período no qual se compreendem as publicações da revista aqui analisadas para essa pesquisa. Nesse sentido, esse trabalho se viu limitado pela escolha de uma única fonte, a

Revista do IGHMB, mas bem poderia ser alimentado por outras publicações do período, o que esse curto trabalho não daria conta de executar.

Levando em conta as limitações acima expostas, as conclusões que pude tirar dessa pesquisa vão no sentido de inserir o IGHMB, a partir de sua criação em 1936 até a última publicação analisada, em 1945, com o período de marcha para o golpe, passando pela consolidação e desfecho do estado autoritário, onde vemos o papel desempenhado pelos militares nesse processo. O IGHMB nasce em um momento de busca de coesão no interior das Forças Armadas em torno do golpe, rumo à um estado autoritário. A sua revista, por outro lado, nasce em um momento onde a elite governante passou a agir vislumbrando um período de transição democrática, é quando vemos a tarefa integradora da propaganda nacionalista patrocinada e incentivada pelo Estado. As Forças Armadas pareceram fazer parte desse processo, onde a preocupação maior seria evitar a transposição das contradições políticas para o interior da instituição, aí a tarefa integradora desempenhada pela revista através do culto aos “vultos do passado”.

De outra forma, a revista se viu envolvida com temas mais gerais referentes ao nacional, onde despontam os elogios às iniciativas tomadas pelo Estado Novo frente a questões e problemas que remontavam ao período imperial e à República Velha. Observamos, também, através da criação de uma história militar nacional, a colaboração das Forças Armadas para a constituição da nação, na defesa frente aos inimigos internos e externos.

## REFERÊNCIAS

### FONTES CONSULTADAS

*Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1941, vol. 1.

*Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1942, Vol. 2.

*Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1943, vol. 3.

*Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1943, vol. 4.

*Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1945, vol. 8.

### BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas – reflexiones sobre el origen y La difusión del nacionalismo**. Fondo de Cultura Econômica. México: 1993.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937 -1945)**. Difel. Rio de Janeiro- São Paulo: 1976.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro: 2006.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: 2002.

DEL PIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. Planeta. São Paulo: 2010.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Autêntica. Belo Horizonte: 2013.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores – a política cultural do Estado Novo**. FGV. Rio de Janeiro: 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780 – programa mito e realidade**. Paz & Terra. São Paulo: 2013.

\_\_\_\_\_ **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1941)**. Companhia das letras. São Paulo: 2013.

IANNI, **O colapso do populismo no Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1975.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Mercado Aberto. Porto Alegre: 1980.

OLIVEIRA, Natália Vial de. **O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937- 1945)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2014.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Editora FGV. Rio de Janeiro: 1999.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. L&PM Editores. Porto Alegre: 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Expressão Popular. São Paulo: 2010.

TAVARES, A. de Lyra. **O Brasil de minha geração**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: 1976.